



Assembleia Municipal de Azambuja

APROVADO

Em reunião de 29/09/2022

Com: maioria

23 votos a favor + 23 CHEGA  
10 PS + 5 CDU + 5 PSD + 1 BE

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O.VOTO CONTRA  
REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2022 2 abst: 1 PSD + 1 PS

I – ABERTURA

---- Aos trinta do mês de março de dois mil e vinte e dois, pelas 20 h 45 m reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Salão da Associação Desportiva e Cultural de Casais da Lagoa, na freguesia de Aveiras de Baixo, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 – CPCJ – Apresentação sumária da Atividade
- Ponto 2 – Logótipo da Assembleia Municipal de Azambuja P 01/AM/2022
- Ponto 3 – Regimento da Assembleia Municipal de Azambuja P 02/AM/2022
- Ponto 4 – Constituição de Comissões Especializadas Permanentes P 03/AM/2022
- Ponto 5 – Eleição de representante da Assembleia Municipal junto da Comissão Consultiva da revisão do PDM P 04/AM/2022
- Ponto 6 – Eleição de dois Cidadãos para integrar a Comissão Alargada da CPCJ P 05/AM/2022
- Ponto 7 – Recomendação de Adesão à ANAM P 06/AM/2022
- Ponto 8 – Cedência de imóvel – Escola Primária da Arrifana P 1/V-MO/2022

\*\*\*\*\*

II – PRESENÇAS

---- Mesa da Assembleia:

---- **Presidente** – Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos

---- **Primeiro Secretário** – Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição

---- **Segundo Secretário** – Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo

---- Membros da Assembleia Municipal:

---- Encontravam-se presentes os membros senhores António José da Fonseca Nobre, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos Alberto Cláudio Pires, Carlos Alberto Rafael da Fonte, Cláudia Helena Domingos Gomes, Cláudio André Serrano Horta Salema, Elisete Maria Vitorino Rodrigues, Francisco António Galvão Morgado, Firmino Miguel Santos Batista Amendoeira,



---

Gonçalo Luís Mesquita Ferreira, Gustavo Bruno Borda de Água, Horácio Gomes Ribeiro, José Avelino Colaço Correia, José Manuel Fortunato Martins, José Vieira Navarro de Andrade, Lúcio Manuel Cardador Costa, Maria de Fátima Gaspar Pinto, Maria João Martins Canilho de Sousa, Maria Manuela L. Santos Firmino em substituição de Helena Maria Amorim Maciel, Marta David Gondar Diniz, Natália Maria Andrade Peres, Nelson Caetano Rodrigues e Sérgio Paulo de Sousa Alexandre. -----

----- Membros da Câmara Municipal: -----

----- **Presidente** – Silvino José da Silva Lúcio -----

----- **Vereadores** – Ana Margarida Serrano Gaspar Coelho -----

----- Mara Lúcia de Almeida Oliveira -----

----- Rui Pedro Figueiredo Corça -----

----- José Paulo de Carvalho Pereira -----

----- Maria Inês da Graça Louro -----

----- Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi verificada a existência de quórum. -----

\*\*\*\*\*

### III – SUBSTITUIÇÕES -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia indicou que teria dado entrada um pedido de suspensão de mandato por parte do Senhor Deputado **David José Pinto Mendes**, representante do CDU, com início a vinte e seis de março e término a trinta de setembro de dois mil e vinte e dois, por motivos de saúde, sendo o mesmo substituído pelo Senhor Deputado **António Manuel Amaro da Costa**. -----

----- Colocado à votação este pedido de suspensão de mandato, obteve o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 0 | Favor: 28 (12 PS, 8 PSD, 5 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- **Aprovado por unanimidade.** -----

----- Face ao pedido de suspensão de mandato, ao abrigo do n.º 6 do artigo 77º da Lei n.º 169/99 e de acordo com o artigo 79º da mesma Lei, foi convocado para substituição, o Senhor Deputado **António Manuel Amaro da Costa**, representante do mesmo partido na lista admitida, não tendo o mesmo comparecido a esta sessão. -----



---

----- A Senhora Presidente da Assembleia informou de que, ao abrigo do n.º 1 do artigo 78º e do n.º 1 do artigo 79º ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na sua atual redação, solicitou a sua substituição, nesta Sessão, a Senhora Deputada **Helena Maria Amorim Maciel**, representante do CDS na coligação PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM sendo substituída pela Senhora Deputada **Maria Manuela L. Santos Firmino**. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia deu início à reunião, cumprimentou os presentes e o público que assistia via Youtube, no canal da autarquia. -----

\*\*\*\*\*

#### IV – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS” -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal lembrou as normas aplicáveis à inscrição dos cidadãos para intervenção nesta sessão, conforme descrito em Edital, tendo a assembleia registado um pedido de intervenção. -----

----- A Assembleia Municipal foi parabenizada pela cidadã Elizabete Pessoa pela realização da reunião na sua povoação, tendo feito uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, se existiria alguma resposta às manifestações de desagrado realizadas devido à falta de médicos no concelho. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, após dois anos de reuniões através de videoconferência, retomaram agora as reuniões descentralizadas. Em resposta à questão levantada disse que é uma batalha de há vários anos, desde que vários médicos se reformaram. Referiu que tem tido reuniões com a ARS e que foi criado recentemente um Movimento Espontâneo de cidadãos que se juntaram numa manifestação à porta do Centro de Saúde reivindicando a falta de médicos no concelho e que se espera que com a entrada do novo Governo, exista uma melhoria nesse setor, pois até à data nenhuma das intervenções do município tiveram fruto, visto que os médicos não querem vir para o concelho. -----

----- Antes de entrar no período de Ordem do Dia a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a troca de ordem de discussão dos pontos para que seguidamente ao Ponto 1, uma apresentação que será efetuada pela CPCJ, seja discutido o Ponto 6, a Eleição de dois Cidadãos para integrar a Comissão Alargada da CPCJ, visto serem ambos referentes ao mesmo tema. -----

----- Colocado à votação, obteve o seguinte resultado: -----



---

----- Contra: 0 | Abstenção: 0 | Favor: 27 (12 PS, 8 PSD, 4 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- **Aprovado por unanimidade.** -----

\*\*\*\*\*

**V – ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 – CPCJ – Apresentação sumária da Atividade** -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal convidou a Senhora Presidente da CPCJ de Azambuja Diana Serra e a Enfermeira Mónica Fuzeiro a subirem ao palco para efetuarem uma breve apresentação da CPCJ. -----

----- A Senhora Presidente da CPCJ de Azambuja Diana Serra indicou que a Enfermeira Mónica Fuzeiro é a Secretária da CPCJ, sendo o cargo idêntico ao de um Vice-Presidente, tendo como competências substituir a Presidente na sua ausência, em todas as suas funções. Começou por fazer referência à lei de Proteção de Crianças e Jovens que é a Lei Nº 147/99 de 1 de setembro, republicada a 5 de julho de 2018, visto ser por esta lei que as CPCJ, Ministério Público e Tribunais de Família e Menores se regem. Referiu igualmente a Portaria nº 1226-DR/2000 de 30 de dezembro, que declara a instalação da CPCJ de Azambuja e reorganiza as anteriores comissões de proteção de menores em comissões de proteção de crianças e jovens. Quanto à natureza das CPCJ, são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional, tendo como objetivo promover os direitos das crianças, prevenir e eliminar situações que afetem as crianças nas áreas da segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento. As comissões trabalham segundo a lei e tomam as suas decisões com imparcialidade e independência. As CPCJ funcionam em duas modalidades: A restrita, que tem como competências intervir nas situações de perigo, atender quem necessite de esclarecimento/informações, apreciar e avaliar as situações que são comunicadas diariamente, abrir e instruir processos, solicitar pareceres e relatórios das diferentes entidades e técnicos e tomar decisões sobre as medidas de promoção e proteção acompanhando e revendo as mesmas, e a modalidade Alargada, que tem como competências trabalhar junto da comunidade a prevenção das diferentes problemáticas. A intervenção junto das crianças compete primeiramente às entidades com competência em matéria de infância e juventude, como por exemplo as creches, os jardins de infância, as escolas, os hospitais, a GNR, a todos aqueles que no dia a dia interagem com as crianças



e os jovens e a que chamam as entidades de primeira linha, de seguida compete às CPCJ e por último aos tribunais onde se engloba o Ministério Público e o Tribunal de Família e Menores. A intervenção da CPCJ só deve acontecer quando as entidades de primeira linha não consigam remover o perigo em que as crianças se encontrem. A comissão deve intervir quando os pais/representantes legais coloquem a criança em perigo, quando o perigo resulta de terceiros ou da própria criança e estes não consigam opor-se de forma a remover o mesmo. Nos princípios orientadores a intervenção das comissões serve os seguintes princípios: o superior interesse da criança, a privacidade, a intervenção precoce, a intervenção mínima, a proporcionalidade e a atualidade, a responsabilidade parental, a prevalência na família, a obrigatoriedade da informação, a audição e participação da criança e a subsidiariedade. O Ministério Público acaba por ser como que um advogado de defesa das crianças que propõem as ações ao juiz e ao Tribunal de Família e Menores, e que irá depois com a EMAT (Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais), que são equipas de técnicos da segurança social, articular junto das famílias. Relativamente às colaborações, todos os serviços e pessoas singulares têm o dever de colaborar com a CPCJ, implicando essa colaboração a transmissão de informação, elaboração de relatórios e emissão de certidões sem quaisquer encargos. A comunicação à CPCJ pode ser feita através de uma ficha de comunicação, presencialmente, por telefone, por email, formulário da Comissão Nacional, que vai automaticamente para o email institucional da CPCJ do concelho alusivo ou através do número da Linha de Crianças em Perigo, sendo o mesmo 961231111. A constituição da modalidade restrita que deve ter no mínimo cinco elementos, tem neste momento apenas quatro, estando em falta o elemento representante das IPSS, tendo os mesmos o mínimo de catorze horas semanais de trabalho na comissão e a constituição da modalidade alargada que engloba a totalidade dos elementos de ambas as modalidades, tem atualmente em falta a representação do IPDJ e mais dois elementos que irão ser aqui hoje indicados. A Senhora Presidente da CPCJ de Azambuja deixou o apelo à Assembleia Municipal para que na designação destes elementos fosse tido em conta a disponibilidade de fazer oito horas mensais na CPCJ, o interesse, uma eventual experiência na área da infância, a capacidade e a disponibilidade para adquirir novos conhecimentos na área da promoção e proteção e o envolvimento nas atividades a desenvolver ao nível da prevenção. Para terminar divulgou um momento do ano com grande relevância, que diz respeito a abril, o mês de prevenção dos maus-tratos na infância, a proposta de atividade para a

---

realização de laços azuis com diferentes materiais, tendo já sido feita a divulgação de um cartaz para a mesma. Foi também enviado para as entidades a proposta de fazerem um grande laço para colocar nas fachadas dos edifícios e para as famílias a proposta de realizarem laços para colocarem nas janelas, varandas ou portas, durante o mês de abril. Referiu ainda que já teriam preparado um cartaz para divulgar o calendário dos afetos do mês de abril com várias propostas de atividades para as crianças realizarem em família. Por último referiu que teria sido lançado o desafio às diferentes entidades para a realização de laços humanos e que teria sido solicitado ao município para iluminar um edifício icónico a azul durante o mês de abril. -----

----- A Enfermeira Mónica Fuzeiro referiu que no período compreendido entre um de janeiro e trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um foram abertos cento e cinquenta e nove processos, tendo sido arquivados, numa fase preliminar, sete processos e cento e cinquenta e dois instruídos pela CPCJ. Numa fase pós preliminar foram arquivados nove processos e um enviado para outra CPCJ. Referenciou que do ano de dois mil e vinte já vinham quarenta processos, do ano dois mil e vinte e um teriam sido abertos oitenta e dois novos, vinte e oito teriam sido reabertos, dois transferidos para outras CPCJ e que teria existido vinte e dois pedidos de colaboração de outras comissões. Relativamente às problemáticas relatadas e sinalizadas, a maior incidência consta na negligência seguida da violência doméstica. Existe também o abandono escolar e o absentismo escolar, que quando somados, pode-se constatar que atinge os mesmos valores da negligência ou da violência doméstica. Como entidades finalizadoras a autoridade policial é a que mais sinaliza a comissão, visto que o maior número de problemáticas se encontra em casos de violência doméstica e sempre que exista uma criança no agregado familiar a CPCJ deve ser informada, seguida das escolas, sinalizações anónimas, saúde, progenitores, Tribunal, Ministério Público, outras CPCJ, IPSS e a EMAT. Relativamente às faixas etárias mais predominantes é a dos onze aos dezassete anos e também dos seis aos oito anos, estando esta faixa etária mais relacionada com a entrada na escola. Informou que as freguesias onde existe maior número de casos é Azambuja e Aveiras de Cima, por ser onde existem mais crianças, seguido de Aveiras de Baixo, Alcoentre, Vila Nova da Rainha, União de Freguesias e Vale do Paraíso. A CPCJ tem como medidas o apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea, acolhimento familiar, acolhimento residencial e apoio para a autonomia de vida, tendo a CPCJ de Azambuja aplicado em dois mil e vinte e um, maioritariamente, apoio junto



---

dos pais e apoio junto de outro familiar, de uma forma muito diminuta, sendo que a primazia é sempre o ambiente familiar e só depois optar por outras situações. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Cláudia Gomes do Grupo PS que apresentou os seus parabéns às duas representantes da CPCJ presentes, pelo trabalho desenvolvido e pelo apoio às nossas crianças, tendo deixado a questão de qual seria o maior problema ou entrave para levarem a cabo a missão de proteger as crianças. -----

----- Em resposta a Senhora Presidente da CPCJ referiu que o maior problema é terem um elemento a menos na equipa e que existem outras questões como ter efetivamente uma modalidade alargada mais ativa, que desenvolva e que venha para a comunidade com mais atividades de prevenção e algumas respostas na comunidade, mais a nível direto com as famílias, visto que quando existem pais com problemas de toxicodependência, sentem ser difícil arranjar resposta para certo tipo de problemas. -----

----- A Enfermeira Mónica Fuzeiro acrescentou que existem outros concelhos que dispõem de equipas denominadas de CAFAPES, algo que o concelho de Azambuja não tem e que seria bastante proveitoso para trabalhar toda a parte da família necessária. Referenciou o extraordinário trabalho feito pela EMIC que dá um apoio fundamental na parte do apoio da criança, do apoio escolar e também trabalho com a família. Os CAFAPES poderiam ser algo bastante útil na nossa comunidade na área da saúde mental da criança, na parte da pedopsiquiatria e também na parte do adulto porque são os pais, visto ainda existirem poucas respostas e existir muita problemática na parte da saúde mental. -

----- A Senhora Presidente da Assembleia pediu para elucidar acerca dos CAFAPES e quem determina a sua criação. -----

----- A Senhora Presidente da CPCJ explicou que são equipas multidisciplinares que conseguem fazer o trabalho mais direto com as famílias. -----

----- A Enfermeira Mónica Fuzeiro aclarou que são equipas que dispõem de um horário mais alargado, estão junto das famílias à hora das refeições, ensinam a fazer a limpeza da casa, a gestão doméstica, as compras, tudo. -----

----- Acrescentou a Senhora Presidente da CPCJ que atualmente têm recorrido a alguns técnicos do município que ajudam de uma forma pontual em algumas situações. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu a presença de ambas na reunião e o facto de



---

terem explicado o seu trabalho, de forma que todos os que estivessem a assistir também percebessem os problemas efetivos existentes e para que desta forma estivessem todos mais atentos. -----

----- **Ponto 6 – Eleição de dois Cidadãos para integrar a Comissão Alargada da CPCJ ----- P 05/AM/2022**

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do Grupo CDU, para apresentar como candidata ao cargo da CPCJ a Senhora Deputada Marta Diniz. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Lúcio Costa do Grupo PS, para apresentar a cidadã Ana Cristina Torres Mendes, cidadã do concelho, que foi professora primária durante muitos anos em várias localidades do concelho, está há muitos anos ligada à Casa Mãe de Aveiras de Cima e esteve muitos anos ligada à Colónia de Férias de Aveiras de Cima, pelo que consideram que tem todo o perfil para poder ser uma mais valia para as problemáticas que a CPCJ tem. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria Pinto do Grupo CHEGA para apresentar o cidadão Hugo Sampaio, animador sociocultural, residente no Alto Concelho, trabalha com crianças, jovens e séniores, é músico, é cantor, está várias vezes na Biblioteca Municipal quer de Azambuja quer de Aveiras de Cima a cantar e a fazer intervenções com crianças, portanto consideram que é uma pessoa válida, com experiência e com capacidade para este cargo. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia explicou ao público que assiste, que possuem quatro representantes da Assembleia Municipal junto da comissão alargada da CPCJ, fazem mandatos de três anos, renováveis por mais dois anos, a não ser que algum dos representantes não pretenda renovar. Neste momento terminou o mandato de dois desses representantes, que não pretendem continuar a assumir essas funções, daí a Assembleia Municipal necessitar de fazer esta eleição de dois novos representantes, que esperam que cumpram o seu papel tão importante junto da CPCJ. Esclareceu que iriam entregar três boletins de voto a cada deputado, cada boletim com sim/não e com o nome apresentado pelos diferentes grupos políticos, tendo designado o nome dado pelo PS como Lista A, pela CDU como Lista B e pelo CHEGA como Lista C. Os cidadãos com o maior número de votos serão eleitos e no caso de empate, ter-se-á de repetir a votação. -----

----- Foram apresentados os seguintes nomes para apreciação: -----

----- **Pelo PS** – tendo sido designada Lista A: -----

----- Ana Cristina Torres Mendes -----





---

----- **Pela CDU** – tendo sido designada Lista B: -----

----- Marta David Gondar Diniz -----

----- **Pelo CHEGA** – tendo sido designada Lista C: -----

----- Hugo Silva Sampaio -----

----- Foi colocado a votação, por voto secreto, obtendo o seguinte resultado: -----

----- **Lista A:** 26 Votos SIM | 1 Votos NÃO | 0 Votos Brancos | 0 Votos Nulos -----

----- **Lista B:** 14 Votos SIM | 13 Votos NÃO | 0 Votos Brancos | 0 Votos Nulos -----

----- **Lista C:** 11 Votos SIM | 13 Votos NÃO | 3 Votos Brancos | 0 Votos Nulos -----

----- Pelo apuramento dos resultados, foram eleitos para integrar a Comissão Alargada da CPCJ: -----

----- **Ana Cristina Torres Mendes** -----

----- **Marta David Gondar Diniz** -----

----- **Ponto 2 – Logótipo da Assembleia Municipal** ----- **P 01/AM/2022**

----- A Senhora Presidente da Assembleia explicou que a ideia de a Assembleia Municipal ter um logótipo próprio é com o objetivo de que a mesma tenha uma identidade própria para que os cidadãos reconheçam a mesma e suas atividades, sendo este mais um passo neste caminho de identificação e de elevação da Assembleia Municipal. É um objetivo que haja uma comunicação mais frequente, mais dinâmica e mais assertiva da Assembleia. Referente ao logótipo, o mesmo tem várias vertentes, tem a vertente das cores, com as cores no interior cujo objetivo é fazer ligação às cores do próprio logótipo do município. Não se pretende uma quebra total nesta ligação e existe também a possibilidade de usar esse logótipo apenas com uma única cor. -----

----- Não houve qualquer intervenção dos Senhores Deputados. -----

----- A Proposta foi colocada à votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 1 (PSD) | Favor: 26 (12 PS, 7 PSD, 4 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- **Aprovado por maioria.** -----

----- Foi realizado um intervalo de cinco minutos. -----

----- **Ponto 3 – Regimento da Assembleia Municipal de Azambuja** ----- **P 02/AM/2022**

----- A Senhora Presidente da Assembleia referiu que este projeto de regimento elaborado pela mesa teve por base, não só o regimento anterior, em vigor até à sessão de hoje, mas também algumas sugestões dadas pela Associação Nacional das Assembleias Municipais e houve também a



---

preocupação de falar com todos os representantes de cada grupo municipal, receber as suas propostas e tentar incorporar aquilo que a maioria achava que deveria constar neste regimento, tendo agradecido a todos os representantes pelo contributo que fizeram. O objetivo da proposta é não só seguir aquilo que está na legislação, mas também permitir que a própria condução dos trabalhos seja feita da melhor forma possível, que respeite os deputados e todo o público que assiste às nossas sessões de Assembleia Municipal. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD, que afirmou que o regimento é a peça base e o fundamento da assembleia, e que este seria efetivamente o mais completo para o qual tiveram bastantes contributos que foram aceites. Referiu que teria havido uma quantidade de questões que não foram aceites dos contributos feitos e que acima de tudo se prendem com a possibilidade de participação quer dos cidadãos quer dos próprios deputados. O Grupo PSD teria preparado uma proposta para trazer à assembleia, não tendo a mesma sido considerada para a mesa, e apesar do voto do grupo ser favorável, porque o documento está mais completo do que o regimento anterior, consideram que há aspetos que devem ir ao plenário e deixou o compromisso de que na próxima reunião de assembleia o Grupo PSD irá propor alterações ao regimento. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do Grupo CDU, referindo que o regimento que consta na proposta corresponde aos princípios fundamentais que regem uma assembleia desta natureza, a democraticidade, a participação dos membros nos debates que ocorram e também suscitarem questões fora da ordem de trabalhos. Pensa que existe uma evolução e afirmou ficar na expectativa de haver algumas propostas de aperfeiçoamento, conforme foi prometido. Desta forma refere que a proposta merece a aprovação. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu nota de que o Senhor Deputado Carlos Pires teria feito referência relativamente ao formulário de inscrição para intervenção dos cidadãos, de que deveria constar o email do encarregado responsável pela proteção de dados e não o [geral@cm-azambuja.pt](mailto:geral@cm-azambuja.pt), e essa alteração iria ser efetuada. Relativamente ao documento, embora de seguida ser posto à votação as comissões especializadas, as mesmas já constam no regimento, sendo que a Senhora Presidente da Assembleia deu nota de que na Comissão de Finanças e Administração Autárquica, na alínea f), página 39, onde diz combate à corrupção dirá prevenção e combate à corrupção e na Comissão de Educação, Cultura, Associativismo e Desporto, que se encontra logo de

---

seguida, falta uma alínea que é atividade sénior. -----

----- A proposta foi colocada à votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 1 (PSD) | Favor: 26 (12 PS, 7 PSD, 4 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- **Aprovada por maioria.** -----

----- **Ponto 4 – Constituição de Comissões Especializadas** ----- **P 03/AM/2022**

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal explicou que as comissões têm como objetivo serem constituídos grupos de trabalho que têm áreas específicas de atuação e que todos os deputados se devem envolver com todas as temáticas que digam respeito ao seu concelho, sendo uma forma de que em cada grupo os deputados se possam especializar em determinados temas, possam analisar, possam estudar as diferentes problemáticas do concelho e contribuir para que elas melhorem, porque o objetivo final é proporcionar às populações melhor qualidade de vida nas diferentes áreas. Após recolhidos os contributos por parte dos diferentes grupos municipais, teriam sido identificadas, para além da Comissão de Representantes dos Grupos Municipais mais cinco comissões que passou a apresentar, assim como as suas competências: -----

----- Comissão do Território, Urbanismo, Mobilidade e Ambiente, tendo como competências o planeamento urbanístico, ordenamento do território, infraestruturas, transportes, circulação e segurança rodoviária e o ambiente. -----

----- Comissão de Saúde, Ação Social, Habitação e Cidadania, tendo como competências a saúde, ação social, proteção civil, segurança pública, proteção animal, habitação e cidadania. -----

----- Comissão de Planeamento Estratégico e Atividades Económicas, tendo como competências o planeamento estratégico, atividades económicas, defesa do consumidor e inovação e modernização.

----- Comissão de Finanças e Administração Autárquica, tendo como competências a execução orçamental, parcerias e projetos cofinanciados, recursos humanos, administração autárquica, modernização administrativa e prevenção e combate à corrupção. -----

----- Comissão de Educação, Cultura, Associativismo e Desporto, tendo como competências a educação, cultura, associativismo, desporto, juventude, atividade sénior e tempos livres. -----

----- Referiu que sendo a proposta aprovada, numa próxima sessão de Assembleia Municipal se iria proceder à nomeação do coordenador respetivo de cada comissão e os membros que farão parte dessas comissões. -----



---

----- A proposta foi colocada à votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 0 | Favor: 27 (12 PS, 8 PSD, 4 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- **Aprovada por unanimidade.** -----

----- **Ponto 5 – Eleição de Representante da Assembleia Municipal junto da Comissão Consultiva da Revisão do PDM** ----- **P 04/AM/2022**

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apontou que na falta de um elemento da assembleia municipal eleito, teria ido a mesma à primeira reunião da comissão consultiva na passada sexta feira, e que na reunião teria sido feita uma breve apresentação de forma geral daquilo que se pretende e ficou o compromisso de haver uma reunião brevemente com todos os deputados para que lhes pudesse ser feita também a breve apresentação e, depois será combinado na comissão de representantes a data da mesma. Terá de se eleger o representante para a partir de aqui acompanhar esta comissão, os seus trabalhos e poder contribuir na representação da Assembleia para este documento. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do Grupo CDU, para informar a mesa de que a CDU propunha para integrar a comissão como elemento, sujeito a votação, o deputado António Nobre. -

----- Interveio a Senhora Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD, para informar a mesa de que o PSD propunha como candidato à comissão o deputado José Navarro. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Navarro do Grupo PSD, realizando uma micro campanha eleitoral. Nas orientações estratégicas do PDM constam coisas como, promover o sentimento de pertença e a coesão territorial, afirmar a velha estima na rede urbana municipal enquanto espaço, atratividade empresarial e peça chave para a coesão territorial. Solicitou aos senhores deputados que não votassem no próprio, porque o que mais irá interessar verdadeiramente é ver que partes da REN e da RAN vão para urbanização, que negócios se vão fazer a partir da distribuição e da desafetação desses terrenos e que obviamente irá estar bastante atento a isso, crendo que a melhor solução seria não votarem nele. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do Grupo CDU, afirmando que em matéria de RAN sempre teria sido conhecido como uma pessoa muito intransigente e que inclusive em determinados projetos que apareceram para discussão e para ser considerada uma declaração pública de interesse municipal, que mereceram em sede de comissão especializada, no anterior mandato da Assembleia



---

Municipal, a sua oposição, portanto declarou que em matéria de REN, caso seja constituída e declarada, o senhor deputado José Navarro poderá contar com o seu apoio e em matéria de RAN com a sua intransigência. -----

---- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal designou a proposta da CDU como lista A e a proposta do PSD como lista B, tendo pedido aos senhores deputados que no boletim de voto escrevessem lista A ou lista B consoante o seu voto. -----

---- Foram apresentados os seguintes nomes para apreciação: -----

---- **Pela CDU** – tendo sido designada Lista A: -----

---- António José da Fonseca Nobre -----

---- **Pelo PSD** – tendo sido designada Lista B: -----

---- José Vieira Navarro de Andrade -----

---- Foi colocado a votação, por voto secreto, obtendo o seguinte resultado: -----

---- **Lista A:** 17 Votos -----

---- **Lista B:** 10 Votos -----

---- **Votos Brancos:** 0 Votos -----

---- **Votos Nulos:** 0 Votos -----

---- Pelo apuramento dos resultados, foi eleito para representar a Assembleia Municipal de Azambuja junto da Comissão Consultiva de Revisão do PDM: -----

---- **António José da Fonseca Nobre** -----

---- **Ponto 7 – Recomendação de Adesão à ANAM** ----- **P 05/AM/2022**

---- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a proposta já teria sido falada dentro da comissão de representantes dos grupos municipais e que se pretende que a Assembleia Municipal cumpra o papel que verdadeiramente deve ter e que seja elevada como a verdadeira casa da democracia no âmbito local. Elucidou que a associação é uma associação que pretende reforçar o papel que as Assembleias Municipais têm, dar-lhes o devido valor, apoiá-las quer seja em termos de formação quer seja em termos de pareceres jurídicos e, portanto, será mais um órgão que terão à disponibilidade para o necessitado. Referiu também que a proposta de recomendação de adesão, caso seja aprovada, terá de ir a uma sessão da Câmara Municipal para que o executivo municipal apresente uma proposta para que a Assembleia Municipal adira a esta associação, e após essa



---

aprovação tornará a vir à Assembleia Municipal para que seja tomada a decisão final de adesão. -----

----- Não houve qualquer intervenção dos Senhores Deputados. -----

----- A recomendação foi colocada à votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 0 | Favor: 27 (12 PS, 8 PSD, 4 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- **Aprovada por unanimidade.** -----

----- **Ponto 8 – Cedência de Imóvel – Escola Primária da Arrifana** ----- **P 1/V-MO/2022**

----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que esta cedência de imóvel era uma velha aspiração e até por compromissos assumidos, já em outros mandatos, de se transferir para a União de Freguesias este imóvel. A situação já teria sido acordada com a Junta de Freguesia e mencionou a importância de se concretizar a cedência do imóvel. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD, questionando o Senhor Presidente da Câmara acerca do motivo da cedência do imóvel possuir um protocolo de noventa anos, visto que o mesmo poderá rescindir unilateralmente. Afirmou que a questão era meramente por curiosidade e que obviamente seria do interesse de todos que o imóvel estivesse em posse da Junta de Freguesia, ao serviço da comunidade e não ao abandono. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do Grupo CHEGA, reforçando a questão da senhora deputada Maria João Canilho e afirmando que o imóvel teria de ser entregue a quem cuide dele e o preserve. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA, questionando o Senhor Presidente da Câmara acerca da veracidade de o edifício já estar a ser utilizada pela União de Freguesias. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara, dizendo que, de facto, a União de Freguesias já estava a utilizar o edifício há algum tempo. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA, tendo mostrado o seu desagrado em se decidir fazer primeiramente as cedências e só depois virem à assembleia, visto que já teria ocorrido uma situação idêntica com a questão dos arrendatários do município no passado dia vinte e oito de fevereiro. Afirmou não ter nada contra a cedência do imóvel, até pelo contrário, é um bom exemplo para que os outros presidentes de junta façam o mesmo, visto todos os cidadãos merecerem este tipo de colaborações das Juntas de Freguesia, mas que se sentiria um bocado incomodado por ser necessário apenas preencher o papel após tomada a decisão. -----



----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara, que em resposta às senhoras deputadas Maria João Canilho e Maria de Fátima Pinto, afirmou que o protocolo seria de noventa anos porque é a prática. Relativamente à possibilidade de rescindir, todos os protocolos preveem uma rescisão de ambas as partes, quer por parte da junta, que pode chegar a um momento em que afirme não ter capacidade de gerir o edifício, quer por parte da câmara que pode entender que a junta não esteja a dar um uso correto do edifício. Em resposta ao senhor deputado Carlos Fonte referiu que seria uma situação que já deveria estar tratada há algum tempo, visto a situação ter sido falada ainda com o Presidente de Junta Herculano, mas nunca teria sido concretizada, pelo que teria de lhes calhar tratar destas situações. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias José Avelino, explicando que a situação referida já vem de há muitos anos. Referiu que a escola da Arrifana era, conforme falado na altura, para ser entregue à junta definitivamente, não nesta situação. Afirmou que a escola estava degradada, com o teto e o chão estragados, e que as intervenções de obra lá efetuadas foram feitas pela Junta de Freguesia na altura de Manique e depois pela União de Freguesias. Porém a câmara não pôde passar a escola para a Junta de Freguesia, conforme prometido no anterior mandato, porque a escola ainda não tinha passado para o município, portanto, o município teve de passar a escola do Ministério da Educação para o município e depois a situação foi-se prolongando no tempo. Apesar de concordar com esta situação, afirmou que teria preferência em que a escola passasse em definitivo para a Junta de Freguesia conforme estava combinado, sendo que todas as despesas inerentes aquela obra, foram suportadas pela junta. -----

Discutida a proposta, foi a mesma colocada à votação, obtendo o seguinte resultado: -----  
Contra: 2 CH | Abstenção: 0 | Favor: 25 (12 PS, 8 PSD, 4 CDU e 1 BE) -----

**Aprovada por maioria.** -----

\*\*\*\*\*

## VI – APROVAÇÃO DA MINUTA -----

----- Aprovada por unanimidade -----

\*\*\*\*\*

## VII – ENCERRAMENTO -----





---

----- Eram vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos, quando a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. -----

----- Os trabalhos da Assembleia Municipal foram transmitidos através do Youtube no canal da Assembleia Municipal e poderão ser visionados através do link: -----

----- [https://www.youtube.com/watch?v=yuEPgY\\_646g](https://www.youtube.com/watch?v=yuEPgY_646g) -----

----- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----

**A Presidente da Assembleia Municipal de Azambuja,**

---

Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos

**Primeiro Secretário,**

---

Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição

**Segunda Secretária,**

---

Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo